

## **Governança multinível é condição para o enfrentamento às mudanças climáticas**

*A FNP - única entidade municipalista brasileira dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos, que reúne todas as capitais e os municípios com mais de 80 mil habitantes, representa 61% da população e 74% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional -, se manifesta na COP28*

Convictos da importância do compromisso global com o tema das mudanças climáticas e da inadiável preparação para enfrentar os impactos do aumento da temperatura do planeta, **prefeitas e prefeitos dos municípios mais populosos do Brasil, reunidos na 85ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), reafirmam o inescapável protagonismo das cidades no tema.** Nesse sentido, os municípios devem ser priorizados nos esforços de adaptação e mitigação frente à emergência climática.

**É inegável o papel central das cidades na agenda. A concentração populacional em áreas urbanas brasileiras, atualmente acima de 80%, faz com que esses territórios sejam responsáveis por parte significativa da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), sendo neles os eventos climáticos que registram mais vítimas.** Em 2023, o Brasil tem enfrentado graves desafios, como a seca histórica na região amazônica, enchentes e temporais no Sul, a inédita constatação de uma área de clima árido (desértico) e intensas ondas de calor que afetaram 2.700 dos 5.570 municípios. É imprescindível prever os impactos das emergências climáticas no planejamento, gestão e financiamento para adaptação das cidades. Isso porque, segundo *The Economist*, o Brasil é o país que mais vai sofrer com aumento de variabilidade de temperatura, cerca de 20% em relação a média histórica, um dado alarmante.

**A adaptação das cidades deve ser prioridade na agenda da federação brasileira, viabilizando investimentos em sistemas de alertas e respostas a desastres e em infraestrutura e soluções de moradia para as populações vulneráveis em áreas ambientalmente sensíveis.** Dados de 2022 do *Climate Policy Initiative*, indicam que apenas US\$63 bilhões, dos US\$1,27 trilhões investidos em mudança do clima em todo o mundo estão alocados em adaptação. **É preciso buscar formas de financiamento climático, seja de fontes nacionais ou internacionais, capazes de implementar soluções baseadas na natureza e demais ações adaptativas e resilientes aos eventos extremos nas cidades,** que resultam em impactos diretos para a população, salvando vidas e evitando perdas econômicas.

O último relatório publicado pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), registra que o Brasil, entre 2020 e 2021, aumentou em 12,2% suas emissões, mantendo-se entre as dez maiores do planeta. Embora o desmatamento, mesmo recentemente em

queda, tenha sido o principal responsável por esse resultado, também são significativas as emissões decorrentes dos setores de transportes, energia e resíduos.

No setor de energia, estão em fase de conclusão duas importantes mudanças constitucionais. Uma, permite que a taxa sobre combustíveis fósseis subsidie o transporte público coletivo com a possibilidade de descarbonização da frota, qualificando os sistemas e tornando-os mais atrativos para a população. Outra, a contribuição de iluminação pública, que poderá ser utilizada para ações de monitoramento do espaço urbano, cada vez mais necessárias em função dos eventos climáticos extremos mais intensos e frequentes.

Quanto ao setor de resíduos, é fundamental avançar na implementação de uma economia circular e solidária, buscando a eliminação dos lixões e adequação dos aterros sanitários, responsáveis pelas maiores emissões de GEE. Portanto, é necessário garantir recursos para intensificar o uso de novas tecnologias de baixo carbono capazes de ampliar os serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos e financiar projetos voltados ao aproveitamento energético dos aterros.

É fundamental que as ações de **mitigação e adaptação ocorram simultaneamente** de modo a **minimizar desigualdades sociais, de gênero e de raça** que se aprofundam nos atuais modelos de gestão do ordenamento territorial urbano. Para tanto, é **essencial estabelecer uma governança multinível e engajar as cidades no compromisso de zerar suas emissões líquidas de GEE até 2050.**

**Compreender a importância da atuação dos governantes locais é chave para uma economia de baixo carbono, justa e inclusiva.** Isso passa pela **destinação de recursos orçamentários, inclusive**, oriundos das receitas do mercado de carbono regulado e voluntário, pela melhoria do acesso a mecanismos de financiamento e pela **incorporação do impacto das ações climáticas locais na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país.**

Nesse sentido, **a FNP defende que o Conselho da Federação, formado pela Presidência da República e governantes regionais e locais do Brasil, se reúna extraordinariamente para discutir e encaminhar ações efetivas sobre o tema.** Ao mesmo tempo, também **apoia a subscrição do Brasil à Coalizão para Parcerias Multiníveis de Alta Ambição (CHAMP) para a Ação Climática.** Somente a articulação multinível será capaz de produzir um federalismo climático justo e equilibrado, garantindo a tempestiva capacidade de resposta frente aos desafios que passaram de urgentes a imediatos.

Brasília, 29 de novembro de 2023.

**Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)**

**Brasil**